

Comece a cronometrar o tempo agora (máximo recomendado: 60 minutos; tempo ideal: até 50 minutos). Faça este simulado sem consulta e preencha o gabarito na penúltima página. Anote o tempo gasto e confira as respostas apenas depois de finalizar tudo e preencher o gabarito. A videoaula de correção será disponibilizada para os alunos matriculados no *Curso Objetivo de Política Internacional* em 31/10 ([toque aqui para garantir sua vaga](#)). Bom simulado!

POLÍTICA INTERNACIONAL
Questões de 1 a 12

QUESTÃO 1

“As teorias de Relações Internacionais (RI) são o principal instrumento analítico à disposição do internacionalista para compreender as relações internacionais. As teorias servem como um guia crítico para compreender fenômenos complexos e de difícil entendimento.”

GUIMARÃES, Feliciano de S. *Teoria das Relações Internacionais*. São Paulo: Contexto, 2021.

Considerando as teorias das RI, seus autores e conceitos, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 Na obra *A Política Entre as Nações*, Hans Morgenthau reconheceu que a essência da ação dos Estados está na busca da segurança com vistas à sobrevivência em um ambiente internacional anárquico e tendente ao conflito, razão pela qual as ideologias e o fator moral têm, segundo o autor, importância reduzida na política internacional.
- 2 O conceito de “poder brando” (*soft power*), segundo Joseph Nye, revela o poder de cooptação que é exercido por um país sobre os demais por meio de recursos não militares, a exemplo da cultura, da ideologia e das instituições. O *soft power* contrasta, dessa maneira, com o “poder duro” (*hard power*), estando este baseado em instrumentos como as ameaças econômicas e a coerção militar. Segundo Nye, à luz dessa caracterização, o “poder brando” é tão importante quanto o “poder duro”.
- 3 O Pós-Colonialismo problematiza a questão da raça como categoria fundamental de análise nas RI, uma vez que a abordagem pós-colonial considera que a divisão artificial da sociedade humana em raças foi uma necessidade das potências colonialistas para estabelecer o domínio sobre povos considerados inferiores e, por essa razão, incapazes de representar-se politicamente.
- 4 Os teóricos marxistas das RI dão pouca autonomia à ação estatal, uma vez que o Estado é encarado como instrumento de ação da classe burguesa, ao contrário do Realismo, para o qual a ação autônoma do Estado nacional é o centro analítico.

QUESTÃO 2

A tradição diplomática brasileira está associada a conceitos tradicionais que orientam a inserção internacional do país. Desde o início do século XX, elementos como o pragmatismo na busca do interesse nacional calcaram a atuação da política externa brasileira ao longo de diferentes governos, a despeito das ênfases particulares de cada administração. Tomando como base o histórico de atuação da política externa brasileira desde 1945, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 Em resposta à Revolução Húngara de 1956, o governo Juscelino Kubitschek expressou sua posição firme de repúdio contra a intervenção armada soviética na Hungria. Essa preocupação foi manifestada pelo Brasil em votações na Assembleia Geral das Nações Unidas e motivou a prestação de ajuda oficial brasileira a refugiados húngaros.
- 2 Em seu discurso de posse como ministro das Relações Exteriores, em 1963, Araújo Castro enunciou as grandes questões internacionais para as quais o Brasil estaria em posição ideal de prestar uma contribuição positiva e original, destacando as questões do desarmamento, da descolonização e do desenvolvimento.
- 3 A declaração unilateral da ampliação do mar territorial brasileiro para 200 milhas marítimas, tomada pelo governo Médici em 1970, a despeito de pressões contrárias dos EUA, procurou reafirmar a autonomia brasileira em matéria de política externa.
- 4 Em 1973, o Brasil mudou seu padrão de voto na ONU a respeito do colonialismo português na África e votou a favor da resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, adotada nesse ano, a respeito dos territórios sob administração portuguesa. Essa resolução conclamou o Conselho de Segurança a adotar as medidas necessárias para fazer cumprir o reconhecimento do direito à autodeterminação e à independência dos territórios colonizados por Portugal.

QUESTÃO 3

O Brasil ocupa, no biênio 2022-2023, seu 11º mandato como membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). No que concerne aos posicionamentos adotados pelo Brasil em órgãos da ONU ao longo da história e recentemente, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 Como membro não permanente do CSNU no biênio 1946-1947, o Brasil votou favoravelmente à resolução aprovada pelo órgão em 1946 que reconheceu a necessidade de retirada das tropas estrangeiras instaladas na Grécia, posição que foi justificada pela diplomacia brasileira com fundamento no princípio da não intervenção.
- 2 Em 1950, na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), o Brasil votou a favor da aprovação da resolução “*Uniting for peace*” (A/RES/377(V)), a qual prevê a possibilidade de que, nas ocasiões em que o CSNU falhar no exercício de suas responsabilidades primárias, a AGNU deve reunir-se e tomar decisões de caráter mandatório referentes à manutenção ou ao restabelecimento da paz e da segurança internacionais.
- 3 Em 1993, no CSNU, o Brasil votou a favor da imposição de sanções ao Haiti, adotada com base no Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, em resposta à crise político-institucional haitiana.
- 4 Em 2022, no contexto da 11ª sessão especial de emergência da AGNU, o Brasil votou a favor da resolução que considerou ilegais os “referendos” organizados em quatro regiões ucranianas sob controle militar da Rússia. Em sua justificativa de voto, o Brasil defendeu o princípio da integridade territorial da Ucrânia e o respeito ao Direito internacional e à Carta da ONU, mas lamentou que a proposta brasileira de inclusão de um chamado à cessação de hostilidades e à promoção de negociações de paz não tenha sido acatada.

QUESTÃO 4

A respeito do tratamento multilateral do terrorismo, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 As medidas de sanções adotadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) a respeito do autodenominado Estado Islâmico, da Al-Qaeda e de indivíduos e entidades associados a essas organizações terroristas incluem a obrigação, imposta a todos os membros da ONU, de efetuar o congelamento de fundos, o banimento de viagens e o embargo de armas a tais indivíduos e entidades, nos termos das resoluções aprovadas pelo CSNU sobre essa matéria.

- 2 A Convenção Interamericana contra o Terrorismo criou o Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE) como órgão responsável pelo monitoramento do cumprimento desse tratado pelos membros da Organização dos Estados Americanos (OEA).
- 3 Embora inexistam uma definição jurídica universalmente aceita sobre o termo “terrorismo”, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou, nos anos 1990, dois importantes tratados referentes ao enfrentamento à ameaça terrorista: a Convenção Internacional sobre a Supressão de Atentados Terroristas com Bombas e a Convenção Abrangente sobre o Terrorismo Internacional.
- 4 As resoluções sancionatórias do Conselho de Segurança das Nações Unidas e as designações de seus comitês de sanções são dotadas de executoriedade imediata no Brasil, sendo vedado a todos os brasileiros descumprir, por ação ou omissão, sanções impostas por resoluções desse órgão da ONU.

QUESTÃO 5

A Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio, adotada em 1985 e em vigor desde 1988, tem atualmente 198 partes e é reconhecida como um tratado de adesão universal. No que tange a essa convenção e aos instrumentos multilaterais negociados sob seu amparo normativo, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 O texto da Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio prevê o compromisso de todas as suas Partes com a eliminação progressiva e completa, em um período de dez anos após a entrada em vigor desse tratado, das substâncias controladas que destroem a camada de ozônio, respeitado o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas.
- 2 Compete à Conferência das Partes da Convenção de Viena promover a harmonização de políticas, estratégias e medidas adequadas com vistas a minimizar a liberação de substâncias causadoras ou possivelmente causadoras de modificações na camada de ozônio, tendo por base as informações científicas existentes acerca dessa matéria.
- 3 Uma vez que todas as decisões referentes ao Protocolo de Montreal devem ser tomadas pelo consenso de suas Partes, o efetivo alcance dos objetivos desse tratado depende do cumprimento, por cada uma das Partes, de seus respectivos compromissos nacionalmente determinados para a redução das emissões antrópicas de substâncias que modifiquem a camada de ozônio.

- 4 A Emenda de Kigali ao Protocolo de Montreal estabelece obrigações de redução gradativa do consumo e da produção dos hidrofluorcarbonos (HFCs). Uma vez que os HFCs são gases com alto potencial de aquecimento global e que o Brasil já depositou seu instrumento de aceitação da Emenda de Kigali, a redução do uso dos HFCs no país poderá contribuir para o alcance dos objetivos da contribuição nacionalmente determinada brasileira apresentada sob o Acordo de Paris da UNFCCC.

QUESTÃO 6

O Brasil está completando, em 2022 mais um mandato como membro do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH). Considerando o regime internacional dos direitos humanos e a atuação histórica da diplomacia brasileiro em seu âmbito, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 Antecessora do CDH, a Comissão de Direitos Humanos estava subordinada ao Conselho Econômico e Social (ECOSOC), tinha um número de membros menor que o do CDH, seus membros eram eleitos em votação aberta do ECOSOC, e não havia limites à reeleição de membros da Comissão.
- 2 Com o apoio do Brasil, o CDH renovou, em 2022, o mandato da Missão Internacional de Verificação de Fatos sobre a Venezuela. Criada em 2019, essa missão objetiva investigar violações de direitos humanos cometidas na Venezuela desde 2014, com o objetivo de garantir a responsabilização de seus perpetradores e a justiça para as vítimas.
- 3 Como membro do CDH, o Brasil absteve-se na votação da resolução, aprovada em março de 2022, que decidiu estabelecer uma Comissão de Inquérito com o mandato de investigar todas as alegadas violações e abusos dos direitos humanos, do direito internacional humanitário e de crimes relacionados no contexto da agressão contra a Ucrânia efetuada pela Rússia.
- 4 O Brasil absteve-se nas votações da Assembleia Geral das Nações Unidas realizadas em 2011 e em 2022 a respeito das suspensões da Líbia e da Rússia, respectivamente, como membros do CDH.

QUESTÃO 7

A eclosão da pandemia de COVID-19 evidenciou a centralidade das questões de saúde para a política internacional. Apesar disso, os temas relacionados à saúde já estão presentes na agenda internacional há mais de um século. Acerca da evolução histórica e do tratamento recente de questões de saúde no âmbito multilateral, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 As primeiras Conferências Sanitárias Internacionais foram realizadas no âmbito da Organização de Saúde da Liga das Nações e objetivaram a padronização de medidas voltadas ao enfrentamento da pandemia de influenza (“gripe espanhola”), que provocou dezenas de milhões de mortes no início dos anos 1920.
- 2 A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) é um organismo especializado interamericano. Por essa condição e conforme as disposições da Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA), a OPAS desfruta da mais ampla autonomia técnica, mas deve levar em conta as recomendações da Assembleia Geral da OEA e dos Conselhos da OEA.
- 3 O Conselho Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) adotou, em 2005, o protocolo de emenda ao Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS). Esse protocolo permite a quebra de patentes de produtos farmacêuticos em países de menor desenvolvimento relativo, desde que tais produtos sejam voltados unicamente ao mercado interno desses países.
- 4 O Brasil integra o Órgão de Negociação Intergovernamental (INB) concebido no âmbito da Organização Mundial da Saúde (OMS) para discutir um projeto de instrumento internacional sobre pandemias. Os integrantes do INB acordaram que o novo instrumento deverá ter caráter não vinculante, com vistas a permitir sua rápida adoção e plena aplicabilidade pelos membros da OMS, com a flexibilidade necessária a uma resposta eficaz a futuras emergências de saúde pública de interesse internacional.

QUESTÃO 8

Na sessão de encerramento da 12ª Conferência Ministerial (MC12) da Organização do Comércio (OMC), realizada em junho de 2022, a diretora-geral Ngozi Okonjo-Iweala reconheceu que “os resultados [da MC12] demonstram que a OMC é, de fato, capaz de responder às emergências de nosso tempo”. Levando em consideração o estágio atual do sistema multilateral de comércio e os resultados da MC12, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 Diante da paralisia do Órgão de Solução de Controvérsias, cujo funcionamento está suspenso desde 2019, os membros da OMC deixaram de dispor de um mecanismo multilateral para solução negociada de controvérsias comerciais, o que tem levado à proliferação de arranjos regionais e plurilaterais *ad hoc* para a mediação de novos contenciosos.

- 2 Como integrante do Grupo de Ottawa, o Brasil tem manifestado apoio ao processo de reforma da OMC em seus três pilares: solução de controvérsias; negociações; e monitoramento e transparência de políticas comerciais.
- 3 Em decisão consensual aprovada na MC12, os membros da OMC adotaram um protocolo que prevê a inclusão do Acordo sobre Subsídios à Pesca no Anexo 1A do Acordo de Marrakesh.
- 4 Em resposta aos desafios atualmente apresentados pelo risco de insegurança alimentar, os países do Grupo de Cairns, a exemplo da Argentina e do Brasil, têm defendido a necessidade de promover um sistema de comércio agrícola justo e orientado ao mercado, que inclua a redução substancial e progressiva do protecionismo agrícola e fomento o avanço na reforma das regras comerciais multilaterais na temática agrícola.

QUESTÃO 9

“Antes do Mercosul, as discussões sobre a integração na América Latina e do Sul tiveram um caráter romântico ou apenas comercial, como foram os casos da Aliança Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), criada em 1960, e da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), a partir de 1980. Do ponto de vista da política externa brasileira, apenas a partir de meados dos anos 1980 o âmbito regional passou a ser visto como um eixo estruturador do comportamento internacional do país. Houve tentativas anteriores no sentido de fomentar a cooperação regional, não necessariamente em uma lógica de integração.”

BUENO, Clodoaldo; RAMANZINI JR., Haroldo; VIGEVANI, Tullo. “Uma perspectiva de longo período sobre a integração latino-americana vista pelo Brasil”. *Contexto Internacional*, v. 36, n. 2, 2014.

No que tange à integração regional na América Latina e no Caribe e à participação do Brasil em iniciativas regionais de integração, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 Malgrado o apoio oficial reiterado pelo Brasil à proposta peronista do “Pacto ABC”, que almejava construir um mercado comum entre a Argentina, o Brasil e o Chile, essa iniciativa argentina foi rechaçada pelo governo chileno em face das divergências entre Chile e Argentina a respeito da delimitação fronteiriça nos Andes patagônicos.
- 2 O tratado constitutivo da ALALC dispôs acerca do estabelecimento de uma zona de livre comércio entre suas partes contratantes, que deveria ser formada por meio de negociações comerciais e estar estabelecida em um período não superior a doze anos a partir da data de entrada em vigor desse tratado.

- 3 Integrada por quatro países latino-americanos – Chile, Colômbia, México e Peru –, a Aliança do Pacífico é uma união aduaneira que prevê a liberalização do comércio de bens e serviços entre seus membros e inclui o estabelecimento de uma tarifa externa comum.
- 4 O acordo de livre comércio MERCOSUL-Singapura, cujas negociações foram concluídas em 2022, prevê a liberalização das tarifas de importação para a totalidade dos produtos exportados pelo MERCOSUL a Singapura imediatamente após a entrada em vigor do acordo.

QUESTÃO 10

O presidente Joseph R. Biden publicou, em outubro de 2022, a nova edição da Estratégia de Segurança Nacional dos EUA (*National Security Strategy*, NSS). Por meio dela, o mandatário norte-americano comunica ao Congresso a visão do poder Executivo a respeito da segurança nacional e discorre a respeito das medidas necessárias para atingir os objetivos de segurança do país. Considerando a NSS e as prioridades atuais da política externa dos EUA, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 Segundo a NSS 2022, a superação dos desafios estratégicos atualmente enfrentados pelos EUA, que incluem tanto a competição entre democracias e autocracias quanto os desafios transnacionais, exige a separação clara entre a política externa e a política doméstica, de modo que as crises de origem internacional não impactem as liberdades e a prosperidade da população norte-americana.
- 2 O reconhecimento, pelo governo Biden, do “genocídio armênio” perpetrado pelo Império Otomano motivou protestos da Turquia, uma vez que o governo turco nega a existência de uma política deliberada de genocídio nesse episódio.
- 3 O retorno dos EUA ao acordo nuclear com o Irã (JCPOA), concluído sob os auspícios da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) em 2021, implicou o congelamento do programa de enriquecimento nuclear iraniano e a suspensão da aplicação de sanções norte-americanas adicionais ao Irã. Tais medidas, de caráter temporário, têm duração prevista até que o P5+1 conclua um acordo definitivo para a questão nuclear iraniana e estão condicionadas à adesão do Irã, no mais breve prazo, ao Tratado sobre a Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP).
- 4 Embora o governo Biden ainda não tenha manifestado apoio à expansão das duas categorias de membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), os EUA já endossaram, em governos anteriores, o pleito dos países do G4 a assentos permanentes em um CSNU reformado.

QUESTÃO 11

“A Índia está comemorando 75 anos de sua independência, o que chamamos de ‘*Azadi Ka Amrit Mahotsav*’. A história desse período foi de labuta, determinação, inovação e empreendimento de milhões de indianos comuns. Eles estão rejuvenescendo uma sociedade saqueada por séculos de ataques estrangeiros e colonialismo. E eles estão fazendo isso em uma estrutura democrática, cujo progresso constante se reflete em vozes mais autênticas e em uma liderança fundamentada. Esta ‘Nova Índia’, sob a liderança visionária e dinâmica do primeiro-ministro Narendra Modi, é uma sociedade confiante e ressurgente”.

JAISHANKAR, S. Discurso por ocasião da abertura do debate geral da 77ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, 25/09/2022.

Em discurso proferido perante a Assembleia Geral das Nações Unidas em 2022, o ministro das Relações Exteriores da Índia, Subrahmanyam Jaishankar, apresentou uma agenda política para a promoção da “Nova Índia” nos próximos 25 anos. Acerca da política externa da Índia e de suas relações com o Brasil, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 Os cinco compromissos políticos apresentados pelo primeiro-ministro Narendra Modi por ocasião do 75º aniversário da independência da Índia, a serem alcançados até 2047, incluem: tornar a Índia um país desenvolvido; remover os vestígios de pensamento colonial; valorizar a herança cultural e civilizacional indiana; promover a unidade e a solidariedade em um contexto de diversidade; e fortalecer o sentido de dever e responsabilidade.
- 2 Embora o Grupo de Supridores Nucleares (NSG) tenha aprovado, em 2008, uma isenção à Índia que permite ao país receber transferências de tecnologias e produtos sensíveis destinadas a instalações nucleares civis inspecionadas pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), a Índia ainda não foi admitida como participante no NSG.
- 3 Como parte da estratégia indiana de promoção da abertura comercial e de integração às cadeias globais de valor, a política externa do governo do primeiro-ministro Narendra Modi tem apoiado o engajamento indiano em negociações de comércio regionais, a exemplo da Parceria Econômica Abrangente Regional (RCEP) e da Parceria Transpacífica (TPP), das quais a Índia participa como membro fundador.
- 4 Em 2021, o Brasil teve *deficit* no comércio de bens com a Índia, e o país asiático situou-se entre os cinco maiores parceiros comerciais do Brasil nesse ano.

QUESTÃO 12

O Brasil tem relações tradicionais com diversos países do Oriente Médio, as quais estão baseadas em laços humanos, econômicos, políticos e de cooperação. A esse respeito, julgue (C ou E) os itens a seguir.

- 1 O Brasil reconheceu a independência e a soberania do Líbano e da Síria em 1944 e criou uma legação nas Repúblicas do Líbano e da Síria por decreto publicado em 1945.
- 2 Na Assembleia Geral das Nações Unidas, embora o Brasil tenha votado a favor da resolução 181, que aprovou o Plano de Partição da Palestina em 1947, a delegação brasileira absteve-se na votação referente à admissão de Israel como membro da ONU em 1949.
- 3 A partir da década de 1970, o Brasil ampliou as relações comerciais, os investimentos e a cooperação com o Iraque. Exemplificaram tais campos de ação o aumento das importações de petróleo iraquiano pelo Brasil, a prestação de serviços de infraestrutura no Iraque por empresas brasileiras e a cooperação bilateral em campos sensíveis, como o uso pacífico de energia nuclear e o desenvolvimento de produtos de defesa.
- 4 Em 2010, o Brasil reconheceu o Estado da Palestina nas fronteiras de 1967 e instalou uma embaixada junto ao governo palestino, localizada em Jerusalém Oriental.

Espaço livre

FAZER MAIS SIMULADOS

01	Item 1 (C) (E) Item 2 (C) (E) Item 3 (C) (E) Item 4 (C) (E)	04	Item 1 (C) (E) Item 2 (C) (E) Item 3 (C) (E) Item 4 (C) (E)	07	Item 1 (C) (E) Item 2 (C) (E) Item 3 (C) (E) Item 4 (C) (E)	10	Item 1 (C) (E) Item 2 (C) (E) Item 3 (C) (E) Item 4 (C) (E)
02	Item 1 (C) (E) Item 2 (C) (E) Item 3 (C) (E) Item 4 (C) (E)	05	Item 1 (C) (E) Item 2 (C) (E) Item 3 (C) (E) Item 4 (C) (E)	08	Item 1 (C) (E) Item 2 (C) (E) Item 3 (C) (E) Item 4 (C) (E)	11	Item 1 (C) (E) Item 2 (C) (E) Item 3 (C) (E) Item 4 (C) (E)
03	Item 1 (C) (E) Item 2 (C) (E) Item 3 (C) (E) Item 4 (C) (E)	06	Item 1 (C) (E) Item 2 (C) (E) Item 3 (C) (E) Item 4 (C) (E)	09	Item 1 (C) (E) Item 2 (C) (E) Item 3 (C) (E) Item 4 (C) (E)	12	Item 1 (C) (E) Item 2 (C) (E) Item 3 (C) (E) Item 4 (C) (E)

Tempo gasto:**Nota final:****Rendimento**

ACERTOS: _____ ERROS: _____ EM BRANCO: _____

$$NOTA FINAL = (ACERTOS \times 0,25) - (ERROS \times 0,125)$$

Principais temas para revisar**BAIXAR GABARITO****PLANILHA DE CORREÇÃO**

